

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.207.933 - SP (2017/0302671-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : KATIA LUIZA ICHI
ADVOGADOS : LUIZ OCTÁVIO AUGUSTO REZENDE E OUTRO(S) - SP119756
CAIO CÉSAR INFANTINI - SP118579
AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE - SP103587
RENATA RIBEIRO GALAN E OUTRO(S) - SP327596
VICTOR QUAGLIA DE CARVALHO DAMIANI - SP364402
INTERES. : DROGARIA YESO LTDA
INTERES. : MARIA HIROKO ICHI
INTERES. : SEIJI ICHI

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **KÁTIA LUIZA ICHI**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 295/296, e-STJ).

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, III, "a" e "c" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Execução de título extrajudicial Alegação de prescrição intercorrente Inocorrência Indeferimento do pedido de suspensão do feito - Necessidade de localização de todas as executadas ou de citação ficta para posterior aplicação do art. 921, III, do CPC - Decisão mantida - Agravo improvido.

Na origem, a demanda proposta versa sobre agravo de instrumento visando reconhecer a prescrição intercorrente. O Tribunal *a quo* negou provimento ao reclamo.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao artigo 206, §5º, I, do CC/02. Sustenta, em síntese, a ocorrência da prescrição intercorrente.

Contrarrazões às fls. 286/294, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob o argumento de incidir a súmula 7 do STJ.

Daí o presente agravo (fls. 298/310, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente busca refutar o óbice elencado pela Corte estadual.

Contraminuta (fls. 318/324, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. Na hipótese, o Tribunal local verificou que sequer houve a citação da

empresa coexecutada, a fim de possibilitar o reconhecimento da prescrição intercorrente. Ademais, consignou que após esgotadas todas as tentativas de citação, ainda resta pendente a citação por edital.

É, aliás, o que se verifica do seguinte excerto do aresto guerreado (fls. 249/250, e-STJ):

"[...] Assim, não localizadas todas as agravadas, impõe-se que o exequente nesse sentido diligencie, ainda que com o auxílio do Juízo. Se esgotadas todas as possibilidades, não se podendo cogitar de paralisação indefinida, promover-se-á a citação por edital (artigos 246, inciso IV, do CPC).[...] Desse modo, ao que se verifica, não tendo ocorrido sequer a citação da pessoa jurídica coexecutada, inviável cogitar da prescrição suscitada pela agravante."

Com efeito, proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - ACÓRDÃO ESTADUAL QUE AFASTOU A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO POR ENTENDER QUE A DEMORA NA CITAÇÃO NÃO SE DEU POR CULPA DO EXEQUENTE - APELO NOBRE NÃO ADMITIDO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE MANTEVE A DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE, AINDA QUE POR FUNDAMENTO DIVERSO. INSURGÊNCIA DO EXECUTADO.

1. Se a parte interessada ingressa com a ação antes de consumado o prazo prescricional, mas a citação válida não é feita em tempo hábil por culpa do próprio Poder Judiciário, não se pode reconhecer a ocorrência da prescrição, nos termos do enunciado nº 106 da Súmula do STJ: "Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência".

2. Se a própria Corte local afirmou não ser do exequente a culpa pela demora na citação, não pode esta Corte Superior, na via estreita do recurso especial, reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos para afirmar o contrário. Incide, quanto a esse ponto, o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 581.482/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 17/11/2014)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (DUPLICATAS) - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTENDO HÍGIDA A NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA RECURSAL DO EXECUTADO.

1. Se a parte interessada ajuíza a demanda antes de consumado o prazo prescricional, mas a citação válida não é feita em tempo hábil

por culpa do próprio Poder Judiciário, não se pode reconhecer a configuração da prescrição, nos termos da Súmula 106/STJ: "Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência". Consonância entre o entendimento adotado pela Corte de origem e a jurisprudência do STJ (Aplicação Súmula 83/STJ).

2. Uma vez afirmado pelas instâncias ordinárias não ser do exequente a culpa pela demora na citação, não pode esta Corte Superior, na via estreita do recurso especial, reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos para afirmar o contrário. Incidência, no ponto, do óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 246.225/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 19/05/2015)

Portanto, estando o acórdão do Tribunal local em consonância com o entendimento desta Corte Superior, aplicável o óbice sumular 83, do STJ.

3. Além disso, para acolhimento da prescrição intercorrente, **seria imprescindível verificar se houve desídia da recorrida**, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO OCORRÊNCIA DE DESÍDIA POR PARTE DO EXEQUENTE. SÚMULA 7 DO STJ. SÚMULA 106 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. **Avaliar se houve desídia do exequente capaz de permitir a ocorrência de prescrição intercorrente demanda o revolvimento de matéria fático-probatória. Vedação da Súmula n. 7/STJ.**

2. Ademais, é firme o entendimento do STJ no sentido de que somente a inércia injustificada do credor caracteriza a prescrição intercorrente na execução, o que não se verifica no caso concreto, já que a demora no andamento do feito se deu por motivos inerentes ao próprio mecanismo judiciário (Súmula 106/STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1169279/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 23/05/2018)

4. Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Confira-se:

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL

REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS.
SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa.

(AgRg no Ag 1.160.541/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, 25.10.2011)

5. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator